

★ continuação

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A. - CNPJ nº 90.441.460/0001-48 - NIRE 43 3 000004451 3

e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). (c) Demonstração do valor adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi finalizada e autorizada para uso em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2023. **2.2 Base de consolidação:** As controladas Unicasa Comércio de Móveis Ltda. e a Unicasa Holding LLC são integralmente consolidadas a partir da data de constituição. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. **2.3 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas:** A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 5 - Perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos, 14 - Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos. As práticas contábeis adotadas pela Companhia e por sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção. **2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária. **2.6 IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros: 2.6.1 Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros:** Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: (a) mensurados ao custo amortizado; (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Passivos financeiros	Controladora e Consolidado
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15)	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Juros sobre capital próprio (Nota 19)	Custo amortizado
Passivos Contratuais (Nota 17)	Custo amortizado
Outros passivos (Nota 18)	Custo amortizado

6.2 Mensuração subsequente: A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para o qual foram adquiridos ou emitidos: **a. Ativos financeiros ao custo amortizado;** são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal. **b. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;** quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria. **c. Passivos financeiros;** a Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15. **2.6.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção de hedge. **2.6.4 Redução ao valor recuperável "modelo de perdas de crédito esperadas":** O IFRS 9/CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperados nos ativos financeiros. A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo, não é único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio. **2.7 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no contrato quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. **2.7.1 Receita de venda:** A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, ou seja, para os faturados na modalidade CIF, no momento em que a mercadoria é entregue no endereço do cliente. Para os faturados na modalidade FOB, quando a mercadoria é entregue ao transportador contratado pelo cliente, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, a Companhia e suas controladas não detêm mais o controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. **2.7.2 Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. As receitas de juros são incluídas na rubrica de receitas financeiras, na demonstração do resultado. **2.8 Normas e interpretações ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações fi-

nanceiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determina que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. • Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. • A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **2.9 Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Características Principais	Pais - Partici- Perda - Participação	Percentual de participação
Unicasa Comércio Ltda.	Comercialização e distribuição de nossos produtos.	Brasil Direta	99,99%
Unicasa Holding, LLC	Comercialização e distribuição de nossos produtos.	USA Direta	100%
Deil Anno NYC, LLC	Comercialização e distribuição de nossos produtos.	USA Indireta	100%
Unicasa North America, LLC	Comercialização e distribuição de nossos produtos.	USA Indireta	100%
Deil Anno Miami, LLC	Comercialização e distribuição de nossos produtos.	USA Indireta	100%

Controladora e Consolidado

Custo amortizado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 4)	Custo amortizado
Contas a receber de clientes (Nota 5)	Custo amortizado
Empréstimos concedidos (Nota 8)	Custo amortizado
Outros ativos (Nota 10)	Custo amortizado

Conselho de Administração			
Gelson Luis Rostoliola Presidente do Conselho de Administração	Alexandre Grendene Bartelle Vice-Presidente do Conselho de Administração	Gustavo Dall Onder Membro do Conselho de Administração	Rodrigo Silva Marvão Membro Independente do Conselho de Administração
Diretoria		Guilherme Possobon de Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Alexandre Narvaes Figueira Diretor Comercial
Gustavo Dall Onder Diretor Presidente	Luciano André Merigo Diretor de Operações/Contador	Ivanir Moro CRC/RS-05351/0-7	

Extrato das informações relevantes sobre o relatório do auditor independente

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022 estão disponíveis eletronicamente nos endereços <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>, <https://ri.unicasamoveis.com.br/>, <https://sistemas.cvm.gov.br/>; www.b3.com.br. O referido relatório do auditor independente foi emitido em 09 de março de 2023, sem modificações.

Prefeitura Municipal de Bom Princípio

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023

O Prefeito Municipal, cumprindo a legislação em vigor, torna público aos interessados que no dia **23 de março de 2023, às 9 horas**, serão recebidos envelopes da proposta e documentação do PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço por item acima, cujo objeto é a prestação de serviços de arbitragem. Cópia do edital e demais informações poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações na Prefeitura Municipal, por meio do e-mail licitacoes@bomprincípio.rs.gov.br ou do site www.bomprincípio.rs.gov.br. Bom Princípio, 09 de março de 2023. Fábio Persch, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS comunica aos interessados da abertura das seguintes licitações: **Pregão Presencial nº 010/2023**-registro de preços para aquisição de cargas de oxigênio 7 m³, no dia **24/03/2023, às 09:00 horas**;**Pregão Presencial nº 011/2023**-registro de preços para aquisição de óleos e lubrificantes para veículos, no dia **27/03/2023, às 09:00 horas**;**Pregão Presencial nº 012/2023**-contratação de empresa (s) para serviços de limpeza de caixa d'água, desincrustação e desratização, no dia **28/03/2023, às 09:00 horas**. Os editais e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal/Diretoria de Compras, fones: (55)3232-2988, ramal 253, ou (55) 3237-1376, de segundas a sextas-feiras, no horário de expediente da Prefeitura, das 08:00 às 14:00 h, e no site da Prefeitura. São Gabriel, 09 de março de 2023. Lucas Gonçalves Menezes, Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023

O Município de Doutor Ricardo - RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 23 de março de 2023, às 15:00 horas, no Departamento de Licitações, no Centro Administrativo, sito na RS/332, Km 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, fone (51) 99666-9296, para receber propostas e documentação para REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de Brita nº 1, Brita nº 2, Pedrisco e Pó-de-Brita, a fim de atender demandas da Secretaria de Obras e Trânsito. Tipo menor preço por item, conforme Termo de Referência (ANEXO I). Cópia do Edital e no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h. ALVARO JOSÉ GIACOBBO, PREFEITO MUNICIPAL DOUTOR RICARDO - RS

Prefeitura Municipal de São Jorge

Retificação - Pregão Presencial Nº 05/2023

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com profissional médico para atender ESF 40 horas semanais. Data de Abertura: 22 de março de 2023. Horário: 9:00 horas. Local: Secretaria Municipal de Administração. O edital e a retificação encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de São Jorge e no site www.saojorge.rs.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Avenida Dos Imigrantes, nº 37, Centro, cidade de São Jorge/RS, ou pelo fone (54) 3271-1112. Danilo Salvalaggio, Prefeito Municipal.

CÂMARA BRASIL ALEMANHA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os associados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 20 de março de 2023, segunda-feira, de forma virtual por meio de vídeo conferência, às 10h30min em primeira e às 11h em segunda convocação, com a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Apresentação, discussão e aprovação do Balanço e Relatório da Diretoria relativos ao exercício findo em 31/12/2022.
2. Outros assuntos de interesse da Câmara.

Porto Alegre, 10 de março de 2023. CLEOMAR PRUNZEL – Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.

CNPJ Nº 92.983.147/0001 - 67 - NIRE: 43300014223

CONVOCAÇÃO

Convoco os membros do Conselho de Administração da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - CEASARS para reunião do mesmo, a realizar-se no dia 17 de Março de 2023, sexta-feira, às 10:00 horas, no auditório da CEASARS, localizada à Avenida Fernando Ferrari 1001 - Bairro Anchieta - Porto Alegre/RS, com a finalidade de deliberação sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
2. ASSUNTOS GERAIS.

Porto Alegre, 10 de Março de 2023. Paulo Roberto da Silva, Presidente do Conselho de Administração

Prefeitura Municipal de Auresa

TOMADA DE PREÇO Nº 001/23

O Município de Auresa/RS, torna público aos interessados que será realizada Licitação, Modalidade TOMADA DE PREÇO (do tipo menor preço) para a contratação Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria Contábil e Financeira, com abertura dos envelopes de habilitação e proposta, no dia 04 de abril de 2023 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura. Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal pelo fone (54) 3527-1141 ou site www.aurersa.rs.gov.br. Auresa/RS, 09 de março de 2023. Antônio Jorge Slussarek, Prefeito Municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000 Fone: 0.54.3382-1030 - FAX: 0.54.3382-1122

AVISO DE LICITAÇÃO/EDITAL DE LICITAÇÃO Nº011/2023 - Pregão Eletrônico - Nº003/2023

Objeto: Registro de Preços Para Eventos Aquisição de Cervejas Alimentícias Para a Merenda Escolar e outros da Secretaria Municipal de Educação. Tipo Licitação: menor preço por item. Data e horário da sessão: 24/03/2023 às 8:30 horas. Integra do edital pelo site www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 10 de Março de 2023. AVELINO SALVADORI-Prefeito Municipal.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº013/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº004/2023

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Escavadeira Hidráulica, para Construção de Microaquedutos - Convênio com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e EMATER do RS, conforme Processo nº 22150000142411. Termo de Convênio FPE nº974/2022. Tipo de Licitação: Menor Valor Por Item. Data e horário da sessão às 09 horas do dia 23.03.2023.O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.altoalegre.rs.gov.br (publicações oficiais). Alto Alegre/RS, 10 de Março de 2023. AVELINO SALVADORI-Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº014/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº005/2023

Objeto: Aquisição de Materiais Destinados à Manutenção e Ampliação de Redes de Água, localizados no Interior do Município.Tipo de Licitação: Menor Valor Por Item. Data e horário da sessão às 09 horas do dia 27.03.2023.O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.altoalegre.rs.gov.br (publicações oficiais). Alto Alegre/RS, 10 de Março de 2023. AVELINO SALVADORI-Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº006/2023-CONCORRÊNCIA Nº001/2023

Objeto: CONCESSÃO DE SUBSÍDIO ECONÔMICO - PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO À SAÚDE NA COMUNIDADE DE SÃO VICENTE DO RIO GRANDE DO SUL. TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR OFERTA. Data e Horário da Sessão: 13/04/2023 às 09:00 horas. Retificação do edital disponível site www.altoalegre.rs.gov.br. Alto Alegre/RS, 10 de Março de 2023. AVELINO SALVADORI-Prefeito Municipal.

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP

C.G.C. nº 00.979.969/0001-56 - NIRE 43300034518

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convivamos os Senhores Acionistas a comparecer à Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 28 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1155, Conj. 502 A, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- a) tomar as contas dos Administradores e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras por eles apresentadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- b) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- c) deliberar sobre orçamento de capital para o exercício de 2023;
- d) deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, fixando as respectivas remunerações.

Os documentos a que se refere o art. nº 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia.

Porto Alegre, 10 de março de 2023
Conselho de Administração